

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Estado de S. Paulo

[Título: União vai assumir perdas da Eletrobrás](#) 13

Valor Econômico

[Título: Eletrobras ganha base legal para cobrar perdas](#) 18

Sumário

VEÍCULO: O Globo	3
Título: É essencial a Eletrobras privatizar distribuidoras	3
Título: TRF-2 suspende decisão que impedia leilão de distribuidoras	4
Título: Após pressão, Temer cede a governador	5
Título: Petroleiras solicitam à ANP redução de conteúdo local.....	6
Título: Importadoras ainda esperam subsídio do diesel	8
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	9
Título: Novo fundo ferroviário para terminar o impasse com Pará deverá ser permanente ...	9
Título: Após leilão sem oferta, óleo do pré-sal pode ser vendido com deságio.....	10
Título: Petrobras tem a menor produção em Campos em 17 anos	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Ciro total flex.....	11
Título: Governo derruba liminar que impedia leilão de distribuidoras	12
Título: União vai assumir perdas da Eletrobrás	13
VEÍCULO: Correio Braziliense	15
Título: Corumbá IV quase pronta	15
Título: Rapidinhas.....	18

VEÍCULO: Valor Econômico	18
Título: Eletrobras ganha base legal para cobrar perdas	18
Título: Tribunal suspende liminar contra leilão	20
Título: PPSA marca venda de óleo para agosto	21
Título: Ameaça de sanções dos EUA já afeta exportação de petróleo iraniano	22
Título: Curtas.....	23
Título: Petrobras avança no pré-sal, mas produção não decola.....	24
Título: Estatal abre caminho para se desfazer da Transpetro	25
Título: Usinas têm alta de 45% na receita para bancar melhorias e outorga	27
Título: Curtas.....	28
Título: Clealco pede proteção para dívida de R\$ 1,3 bilhão.....	29
Título: Decisões favorecem ex-gerentes que apontaram corrupção na Petrobras	30

VEÍCULO: O Globo**Seção:** Editorial**Autor:****Título:** É essencial a Eletrobras privatizar distribuidoras

Entre os diversos obstáculos que aparecem nesta fase final da gestão Temer, com reflexos na próxima administração, existe o problema do virtual veto às privatizações baixado em medida cautelar, monocraticamente, pelo ministro do STF Ricardo Lewandowski. Ao exigir, na decisão tomada a partir de ação de sindicalistas contra a Lei das Estatais, que qualquer privatização passe antes pelo Congresso, na prática o ministro aparentemente suspendeu essas operações neste ano eleitoral. Num grande equívoco, político teme afrontar eleitor, em vez de explicar-lhe que vender estatais significa protegê-lo como contribuinte.

Foi criado um problema sério para a venda de subsidiárias da Eletrobras, inviáveis se continuarem sob o controle da holding do setor elétrico, colocando em risco o fornecimento de energia em Amazonas, Rondônia, Acre, Piauí e Roraima.

Mal administradas devido ao fato de terem sido aparelhadas por grupos políticos locais bem situados em Brasília, as empresas serão repassadas pelo valor simbólico de R\$ 50 mil cada. Com isso, a Eletrobras e, por tabela o Tesouro, se livrarão de dívidas de R\$ 25 bilhões, dinheiro que não está disponível na estatal nem nos cofres da União. Ganhará o leilão quem se comprometer a cobrar a menor tarifa ao consumidor.

Parece péssimo negócio para o comprador. Mas, conforme reportagem do GLOBO, há empresas do ramo, já com experiência, interessadas em arrematá-las. A italiana Enel, por exemplo, que acaba de comprar a Eletropaulo.

Ela já opera a Coelce, do Ceará, há algum tempo, e também comprou a Celg, de Goiás. A distribuidora cearense era considerada uma das piores do setor e agora ocupa a quarta posição na classificação de qualidade da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Não são os únicos casos. Há outras distribuidoras de energia saneadas depois da privatização. Inclusive a Cemar, do Maranhão.

No entender da Advocacia-Geral da União (AGU), há possibilidade de se contornar o veto de Lewandowski, porque a exigência do ministro de que o Congresso seja consultado já teria sido atendida na aprovação da Lei nº 9.491, de 1997, de permissão da privatização de estatais federais. A exceção, segundo a AGU, é a Ceal, de Alagoas, com venda proibida, anteriormente, pelo mesmo ministro.

Nunca é fácil viabilizar privatizações, não só pelos interesses do fisiologismo de políticos que exploram essas empresas em benefício próprio, mas devido também à pressão de corporações sindicais que agem da mesma forma. Como no caso da ação que chegou a Lewandowski. Resta acreditar no efeito pedagógico da realidade.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: TRF-2 suspende decisão que impedia leilão de distribuidoras

Para desembargador, liminar trazia risco de "lesão à ordem e economia"

BRASÍLIA- O presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), André Fontes, suspendeu ontem a decisão que impedia o leilão de seis distribuidoras de energia da Eletrobras, que operam no Norte e Nordeste do país, marcado inicialmente para o próximo dia 26. A liminar havia sido concedida pela 19ª Vara Federal do Rio de Janeiro, em ação ajuizada pela Associação dos Empregados da Eletrobras. O desembargador afirmou, na decisão, que a lei nº 9.619, de 1998, autoriza a alienação do controle acionário das distribuidoras.

E acrescentou que, no caso do setor elétrico, incluindo as distribuidoras de energia, a desestatização é prevista por uma lei de 2013. Fontes ressaltou "o risco de grave lesão à ordem e economia públicas, com a suspensão da continuidade do procedimento previsto no edital".

ALTA DE ATÉ 3,86% NA CONTA

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem reajuste de 45,52% na receita das hidrelétricas mais antigas, que operam pelo modelo de preços tabelados. O aumento terá efeito médio de 1,54% na conta de luz, segundo o órgão. O impacto para o consumidor vai variar conforme a distribuidora, mas será de, no máximo, 3,86%. O repasse será feito nos reajustes anuais de cada empresa.

Nos casos de Light e Enel Rio (ex-Ampla), por exemplo, isso acontece nos meses de março. Com o reajuste da Aneel, a receita anual de geração dessas usinas passa de R\$ 5,459 bilhões para R\$ 7,944 bilhões. A nova tarifa, com tributos, sairá de R\$ 64,62 por megawatt/hora (MWh) para R\$ 101,18 por MWh.

Os valores serão válidos de 1º de julho deste ano a 30 de junho de 2019. As hidrelétricas que tiveram a receita aumentada representam, em média, 22,64% do conjunto de compra de eletricidade das distribuidoras. O reajuste será

aplicado a 69 usinas antigas, cujas concessões foram renovadas antecipadamente no governo Dilma Rousseff.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Geralda Doca

Título: Após pressão, Temer cede a governador

Governo do Pará conseguiu criação de fundo de R\$ 1 bi para ferrovias do estado

-BRASÍLIA- Para renovar antecipadamente os contratos das ferrovias, que vencem na próxima década e serão prorrogados por 30 anos, o presidente Michel Temer cedeu à pressão dos governadores e prometeu liberar recursos em ano eleitoral. Candidato ao governo do Pará, o ex-ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho (filho de Jader Barbalho), conseguiu do Planalto um fundo exclusivo, a ser criado por medida provisória, para investir em ferrovias no seu estado.

Os recursos podem superar R\$ 1 bilhão e virão da concessão da Norte-Sul — prevista para ocorrer depois das eleições. O leilão ainda depende do aval do Tribunal de Contas da União (TCU). No último domingo, o colunista Ascânio Seleme relatou uma conversa entre Barbalho e Temer em que o candidato ao governo do Pará dizia que o presidente queria "destruir sua candidatura".

Para o Espírito Santo, o Planalto quer que a concessionária da Ferrovia Centro Atlântica (FCA) construa uma linha ligando o Porto de Tubarão a Anchieta. O investimento seria a contrapartida à renovação do contrato. Temer prometeu repassar ao governo do Pará todo o recurso arrecadado com a licitação da Norte-Sul, sem mesmo um projeto de ferrovia pronto. O projeto apresentado pelo estado — a ferrovia Paraense, entre Barcarena e Rondon — foi reprovado, segundo técnicos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

Além disso, essa ferrovia pode inviabilizar a proposta do governo de construir o trecho entre Açailândia e Barcarena, porque as duas teriam pontos em comum. Indagado sobre o efeito da decisão do governo federal na sua campanha, o ex-ministro respondeu que a pauta agrega todas as forças políticas no seu estado. E que o governo prometeu liberar o bônus da outorga da Norte-Sul integralmente ao estado, mas sem definir qual seria o projeto. — O que importa é que a nova ferrovia será construída a partir de Barcarena, principal porto da região — disse Barbalho. O trecho da Norte-Sul que será leiloado está 95% concluído.

O lance mínimo é de R\$ 1 bilhão. Segundo fontes, o valor deve subir, pois há pelo menos quatro interessados, entre concessionários atuais e grupos chinês e russo. O foco do governo neste momento é a renovação antecipada das concessões atuais em troca de novos investimentos. Para isso, a União abrirá mão de outorgas. Em contrapartida, o setor privado construirá ferrovias em estados onde não operam, na forma de investimento cruzado.

Assim, a Vale — que explora as ferrovias Carajás e Vitória-Minas — ficará responsável pela Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico), e a MRS (MG/SP/RJ), pelo Ferroanel de São Paulo. Logo que os projetos foram anunciados, governadores começaram a pressionar para que os investimentos fossem realizados nos seus estados. O governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, entrou com ação judicial contra os planos do governo, alegando que a estrada da Vale tem impacto ambiental, e, por isso, o estado deve ser indenizado. A assessoria de Hartung informou que o governador ainda não recebeu proposta do governo federal.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bruno Rosa E Ramona Ordoñez

Título: Petroleiras solicitam à ANP redução de conteúdo local

Mudança, solicitada por 11 empresas, deve destravar 22 plataformas e R\$ 500 bi

Onze petroleiras, entre elas a Petrobras, já pediram à Agência Nacional do Petróleo (ANP) mudança em 57 contratos, com o objetivo de flexibilizar as regras de conteúdo local para explorar e produzir petróleo no Brasil. Na prática, a exigência de conteúdo local cairia de até 100%, como ocorre hoje em alguns casos, a um patamar em torno de 40%.

A expectativa, com isso, é destravar vários projetos, que podem gerar um investimento de cerca de R\$ 500 bilhões com a instalação de 22 plataformas, de acordo com cálculos do diretor-geral da ANP, Décio Oddone. Podem aderir às novas regras, solicitando o chamado aditamento de contrato, as petroleiras que arremataram campos de petróleo entre 2005 e 2015, quando foram realizadas da 7ª à 13ª Rodada de concessão, além da cessão onerosa e do primeiro certame de partilha.

Especialistas do setor acreditam que o número de pedidos de revisão deve aumentar e incluir boa parte dos quase 200 contratos firmados no país nesses dez anos. Dos 57 pedidos até agora, 46 contratos se referem a campos terrestres. A empresa que mais pediu mudanças foi a Parnaíba Gás Natural, da

Eneva (13 solicitações). Em seguida aparecem Alvopetro (com nove, sendo a maior parte na Bahia), Ouro Preto (com oito, uma delas no mar), entre outras.

Entre os campos marítimos, a Karoon pediu cinco mudanças na Bacia de Santos. Equinor (com duas na Bacia do Espírito Santo) e ExxonMobil (com duas, no Ceará e na Bahia) completam a lista. A Petrobras, por enquanto, só solicitou a alteração para o campo de Libra, na Bacia de Santos.

PROJETOS DEVEM GANHAR FORÇA A PARTIR DE 2020

As novas regras se baseiam na resolução 726 da ANP, que permite às empresas pedirem isenção do cumprimento dos índices de conteúdo local para as fases de exploração e produção (E&P) estabelecidas nos editais. Com a mudança, os projetos de E&P de petróleo em terra podem se limitar a um percentual de 50% de conteúdo local.

Em relação às atividades no mar, as petroleiras podem, agora, contratar 18% do projeto em exploração de fornecedores locais, 25% para construção de poço e 40% para coleta e escoamento. Na fase de produção, o índice de conteúdo local é de 40% em engenharia, 40% em máquinas e equipamentos e 40% em construção, integração e montagem. Antes dessas mudanças, cada projeto tinha alíquotas específicas para diferentes tipos de equipamentos

— que, em diversos casos, chegavam a 100% —, o que tornava o processo complexo e levou diversas empresas, nos últimos anos, a procurarem a ANP para rever os percentuais de conteúdo local.

— Não sei quantas empresas vão solicitar aditamento dos contratos, mas certamente a possibilidade de poder aderir a esses novos índices de conteúdo local para os contratos antigos vai possibilitar o destravamento de muitos investimentos, gerando emprego e renda no país — destacou Oddone. Segundo Antonio Guimarães, secretário-executivo de E&P do IBP, a expectativa é que a maior parte dos antigos contratos migre para as novas regras, já que, pelo modelo antigo, é quase impossível viabilizar determinados investimentos no setor. — Como consequência, projetos que estavam tendo dificuldades para começar passam a ter uma perspectiva positiva e, assim, gerar novos investimentos.

A expectativa é que muitos desses projetos comecem a ser retomados a partir do ano que vem e ganhem força a partir de 2020 — disse Guimarães. Alberto Machado, diretor de Petróleo e Gás da Abimaq, a associação da indústria, diz que as novas regras refletem mais de um ano de discussões entre diversos setores da economia: — São alíquotas razoáveis e que separam o setor de

máquinas e engenharia. Isso deve movimentar a indústria, elevando o número de encomendas. O clima é de otimismo.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Importadoras ainda esperam subsídio do diesel

Recursos deveriam ter sido pagos em 26 de junho, mas ANP obteve prorrogação do prazo

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) ainda não fez o repasse dos subsídios ao diesel para a Petrobras e as empresas importadoras referente ao período de 24 de maio a 7 de junho. As importadoras esperavam receber os recursos até o dia 26 de junho, referentes à subvenção de R\$ 0,07 por litro de diesel, como parte do acordo que o governo fez com os caminhoneiros para encerrar a greve. A ANP, por sua vez, ressalta que o prazo foi prorrogado.

O presidente da Associação das Empresas Importadoras de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo, estima o montante total em torno de R\$ 100 milhões, considerando o consumo de 2 bilhões de litros no período em questão: — Estou em contato com a agência, mas até agora esta não sinalizou uma data efetiva para realizar o pagamento. A ANP informou que, como é o primeiro repasse, o prazo foi ampliado até o próximo dia 26. Segundo a agência, a medida provisória 838, que trata do assunto, prevê a possibilidade de prorrogar o prazo por mais 30 dias.

O órgão informou ainda que sete empresas se habilitaram para receber o subsídio, mas apenas cinco cumpriram os requisitos. — A ANP está analisando a documentação — informou o diretor-geral da agência, Décio Oddone. No primeiro semestre, a produção total da Petrobras no Brasil atingiu 373 milhões de barris, uma queda de 4,3% frente aos 390 milhões de barris do mesmo período de 2017.

Segundo a petrolífera, a produção média diária em junho foi de 2,53 milhões, recuo de 1,5% em relação a maio. A redução, explicou a empresa, deveuse a paradas de operação, ao declínio natural em alguns campos e à venda de ativos. Isso também afetou a produção de gás natural, que recuou 3,4%, a 78,2 milhões de m³/dia. (Ramona Ordoñez)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Colunas****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Novo fundo ferroviário para terminar o impasse com Pará deverá ser permanente**

Mercado Aberto

O fundo que a Secretaria do PPI (Programa de Parcerias e Investimentos) pretende criar com uma medida provisória para resolver o impasse com o Pará deverá ser permanente, semelhante ao que existe para a aviação civil.

O governo quer, até o fim do ano, prorrogar concessões em vigor. As empresas que já têm contratos terão de investir em outras linhas ferroviárias, que pertencem à União.

Políticos do Pará pressionaram o governo nos últimos dias para que ramais de trem no estado fossem contemplados.

A solução de financiar a linha que vai até a cidade de Barcarena (PA) com o fundo, segundo técnicos do PPI, não é casuística, e deverá beneficiar, no futuro, outros trechos.

O modelo da aviação civil, a inspiração para o ferroviário, tem cerca de R\$ 14 bilhões, recurso que veio das outorgas e também de taxas de embarques internacionais.

O PPI pretende incluir outras fontes de receita, além de uma parcela das outorgas.

É preciso que isso seja criado via medida provisória, segundo o PPI, porque a ideia é que isso já passe a valer na com as receitas do contrato da ferrovia Norte-Sul, cuja assinatura está prevista ainda para este ano.

Esse projeto prevê investimentos de R\$ 2,8 bilhões.

Esse fundo deve funcionar especialmente para linhas mais curtas, segundo Vicente Abade, presidente da Abifer (Associação Brasileira da Indústria ferroviária).

"As concessionárias de grandes malhas já disseram que pretendem devolver alguns de seus trechos. Se houver neles investimentos dessa origem, outras empresas poderão se interessar por essas ferrovias", afirma ele.

Setor publicitário pede impugnação de edital do Banco do Brasil

Entidades ligadas ao mercado publicitário vão solicitar a impugnação do edital do Banco do Brasil que licitará a conta de publicidade da estatal.

O contrato de R\$ 500 milhões prevê a contratação de quatro agências. A Fena-pro (federação do setor) protocolou o pedido nesta terça (17) e a Abap (associação setorial) o fará nesta quarta (18).

A Folha antecipou o resultado da mesma licitação, revogada à época, em 2017.

Há dois pontos principais sob questionamento. O principal é a exigência que licitantes tenham patrimônio líquido mínimo de R\$ 12,5 milhões, afirma Helena Zoia, que representa a Fenapro.

O outro é o modelo de remuneração, que não prevê um repasse direto do banco às agências, apenas um pagamento a partir do que é cobrado pelos meios que veiculam as peças publicitárias, afirma.

"A preocupação maior é o alijamento das agências nacionais. Ilegal não é, mas é tudo muito inadequado."

"[As especificações] Vão restringir a participação de agências até relativamente grandes. Há uma quebra do princípio de isonomia", diz Paulo Gomes de Oliveira Filho, que representa a Abap e o Sinapro-SP (sindicato paulista do setor).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Após leilão sem oferta, óleo do pré-sal pode ser vendido com deságio

Rio de Janeiro- A Pré-sal Petróleo SA (PPSA) tentará novamente, no dia 31 de agosto, vender contratos de petróleo do pré-sal que pertencem à União.

Desta vez, abrirá a possibilidade de venda abaixo do preço de referência, caso não haja interessados a pagar os valores iniciais.

Será o segundo leilão realizado pela empresa.

No primeiro, em maio, apenas a anglo-holandesa Shell demonstrou interesse, mas, no dia da oferta, a empresa não fez propostas.

A PPSA é responsável pela venda de volumes de petróleo aos quais a União tem direito no pré-sal.

No leilão de agosto, serão três lotes com um total de 3 milhões de barris, dos campos de Lula, Sapinhoá e Mero, na Bacia de Santos. O governo espera arrecadar R\$ 1 bilhão.

No primeiro leilão, venceria a empresa que apresentasse o maior ágio sobre o preço de referência. Agora, se não houver ágio, pode haver competição pelo menor deságio — isto é, que oferecer o menor desconto sobre o valor inicial.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Petrobras tem a menor produção em Campos em 17 anos

Rio de Janeiro- A produção de petróleo da Petrobras na Bacia de Campos caiu 1,4% em junho ante maio, a 1,042 milhão de barris por dia (bpd), menor nível desde outubro de 2001, em meio ao declínio de uma grande quantidade de campos maduros, apontaram dados da estatal.

Em relação ao mesmo mês de 2017, a produção da empresa na Bacia de Campos em junho recuou 15,8%.

A produção total de petróleo da empresa no Brasil caiu em junho pelo segundo mês consecutivo, com recuo de 1,5% ante a maio, para uma média de 2,03 milhões de bpd. Na comparação com junho de 2017, houve uma queda de 7%.

Segundo a estatal, o desempenho de junho se deu em razão da parada para manutenção do FPSO Cidade de Paraty, no campo de Lula, no pré-sal da Bacia de Santos, e à cessão de 25% da participação do campo de Roncador para a Equinor, concluída em 14 de junho.

Reuters

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Vera Magalhães

Título: Ciro total flex

Ciro Gomes defende a expropriação dos campos de petróleo privatizados no governo Michel Temer e a reversão do regime de concessão para o de partilha, que vigia sob Dilma Rousseff. Ou não. O pré-candidato do PDT vai rever nos primeiros dias de seu mandato, caso eleito, a reforma trabalhista, essa "excrecência" proposta por Temer e aprovada pela Câmara presidida por Rodrigo Maia. Mas isso pode mudar. Ciro quer fazer referendo e plebiscito para votar uma reforma da Previdência que mude o atual sistema para o de capitalização.

Mas isso vai depender. Depender de quê? Da direção da aliança partidária que conseguir costurar para si. Todas essas promessas, feitas com a assertividade que só Ciro Gomes sabe ter, não são de 1998 ou de 2002, as duas eleições anteriores em que o ex-governador do Ceará e ex-ministro foi candidato a presidente. São de 2018, repetidas pela última vez para um grande público na sabatina da CNI em Brasília, no início deste mês. Mas Ciro está na muda. E mudo. E mudando o que disse. Disposto, inclusive, a desdizer por escrito.

Se tudo der muito certo, aquele que chegou a vislumbrar a possibilidade de ser o candidato apoiado por Lula pode, diante da frustração desse plano, ter em seu palanque o DEM de ACM Neto e Maia, o PP de Ciro Nogueira, o PRB da Igreja Universal, o Solidariedade da Força Sindical e até, quem sabe, alguma esquerda, com PCdoB e/ou PSB. A depender de quantos e quais desses partidos estiverem no barco, algumas ou todas as propostas podem vingar ou cair.

A estratégia de Ciro emula em tudo a de Lula em 2002. Tudo mesmo: o vice dos sonhos do pedetista é Josué Gomes, filho do vice que assegurou ao petista, hoje preso, a aceitação do empresariado antes receoso. É difícil para o eleitor compreender como um grupo de partidos pode estar tanto com Ciro quanto com Geraldo Alckmin, cujos estilos e programas são como gasolina e álcool.

Ou como o próprio candidato pode transigir com a mudança de propostas que até ontem defendia com uma crença embebida em retórica inflamável. Para o Ciro de algumas semanas atrás, o Brasil tinha duas opções: seguir o que ele pregava em matéria econômica ou cair do desfiladeiro. Agora, a depender de quais partidos o seguirem, ele pode encontrar um caminho alternativo que evite o penhasco. Nasce um candidato total flex.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Governo derruba liminar que impedia leilão de distribuidoras

BRASÍLIA

O governo conseguiu derrubar ontem a liminar concedida pela Justiça Federal no Rio de Janeiro que impedia a realização do leilão das distribuidoras da Eletrobrás em 26 de julho. A decisão foi do presidente do Tribunal Regional Federal da 2.ª Região, André Fontes.

Mesmo assim, o governo ainda trabalha com cenários para o leilão. Um deles é licitar apenas a Cepisa, do Piauí. Outro é leiloar três distribuidoras: Cepisa, Ceron (Rondônia) e Eletroacre (Acre). A Cepisa é uma das mais atrativas entre as seis distribuidoras: não tem pendências, como liminares – caso da Ceal, de Alagoas –, nem depende da votação de projeto de lei – o projeto das distribuidoras do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia foi aprovado na Câmara e está em tramitação no Senado.

Se bem-sucedido, o leilão pode ser um incentivo para os acionistas da Eletrobrás votarem a favor da prorrogação do período de prestação temporária de serviços. A assembleia está marcada para 30 de julho. Uma segunda etapa do leilão seria realizada em agosto, já com as outras cinco distribuidoras, após a derrubada da liminar que impede a venda da Ceal no Supremo Tribunal Federal (STF) e a aprovação do projeto.

Em outro cenário, o governo licitaria Cepisa, Ceron e Eletroacre em 26 de julho, enquanto Amazonas Energia, Boa Vista Energia e Ceal ficariam para agosto. O projeto de lei, aprovado na Câmara, resolve problemas da Amazonas Energia, que ainda precisa separar atividade de geração e transmissão das de distribuição. O governo quer evitar a liquidação. Nessa situação, todos os funcionários teriam de ser demitidos e a Eletrobrás assumiria os prejuízos. Não se sabe como o serviço seria prestado nesses Estados. / WILSON TOSTA E A.W.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Título: União vai assumir perdas da Eletrobrás

Para facilitar a venda das distribuidoras da estatal, governo vai bancar, até o leilão, as despesas mensais dessas empresas, de R\$ 400 milhões

O governo se comprometeu a assumir o prejuízo da operação das distribuidoras da Eletrobrás a partir de julho caso elas não sejam privatizadas neste ano. A despesa da Eletrobrás com as seis empresas gira em torno de R\$ 400 milhões por mês. A forma como se dará o pagamento dessa conta ainda é uma questão em aberto, segundo apurou o "Estadão/Broadcast".

Portaria publicada ontem pelo **Ministério de Minas e Energia** assegura "neutralidade econômica" das despesas das companhias, que atuam no Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Alagoas e Piauí. Isso significa que a Eletrobrás – que não aceitou renovar as concessões e continua à frente das empresas como prestadora temporária de serviços até o leilão – não teria mais de bancar as despesas dessas distribuidoras. Essa situação ocorreria entre 1.º de agosto e 31 de dezembro, caso as distribuidoras não sejam privatizadas.

Em nota, o Ministério da Fazenda minimizou essa possibilidade. A pasta informou que a hipótese da portaria só ocorrerá se não for possível privatizar as empresas até o fim do ano. "Estamos confiantes de que a venda ocorrerá, de modo que o dispositivo sequer seria acionado."

O leilão estava marcado para 26 de julho, mas uma liminar da Justiça levou o governo a suspender o edital e trabalhar com a hipótese de remarcar o leilão para agosto. Ontem, o governo conseguiu derrubar a liminar (ler mais acima).

Para que isso ocorra, porém, os acionistas minoritários da companhia terão de aceitar prorrogar o prazo de transferência de controle das subsidiárias, que termina em 31 de julho, para 31 de dezembro deste ano ou até a entrada de um novo concessionário. A assembleia está marcada para 30 de julho.

A portaria atende a uma preocupação do governo e da Eletrobrás de que os acionistas decidam votar contra a extensão do período de designação e aprovem a liquidação das empresas. Nesse cenário, a Eletrobrás teria de arcar com um prejuízo de R\$ 23 bilhões. A portaria assegura que não haverá diferença se a eventual decisão de liquidação for tomada em julho ou em dezembro. O custo será zero, ou seja, não haverá risco de arrendimento.

O problema, no entanto, está naquilo que a publicação não diz, pois não está claro como esse custo será pago. Os custos das distribuidoras têm sido bancados por três fontes: tarifas dos clientes das empresas; empréstimos subsidiados bancados pelo consumidor de todo o País, com recursos do fundo setorial Reserva Global de Reversão (RGR); e dinheiro da Eletrobrás. Mesmo com essa ajuda, em 2017, elas deram prejuízo de R\$ 4,2 bilhões à holding.

Já se sabe que o fundo setorial RGR não tem recursos suficientes para bancar a conta adicional. Não há, no Orçamento, espaço para acomodar essa despesa. Por outro lado, já há previsão na Lei 12.783/2013 para que haja um "acerto de contas" entre o poder concedente e as empresas designadas para prestação temporária de serviços.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Cidades**Autor:** Pedro Grigori**Título:** Corumbá IV quase pronta

Pouco mais de um mês após o fim do racionamento no Distrito Federal, a obra de Corumbá IV chega à reta final. Em menos de seis meses, virá de Goiás a água definida pelo GDF como a solução para os problemas hídricos de Brasília por pelo menos duas décadas. O projeto está 80% pronto. O prazo é que até o fim de dezembro deste ano os recursos do reservatório goiano cheguem às quatro bombas de 9 metros de comprimento que serão instaladas na elevatória de captação de água bruta, em Luziânia. A partir daí, o recurso percorrerá 28km em canos até alcançar a estação de tratamento em Valparaíso de Goiás, onde, após purificado, será bombeado para Santa Maria e Gama.

Para retirar a água de Corumbá, os governos do DF e de Goiás ergueram um verdadeiro edifício de concreto à beira do lago, em Luziânia. O prédio recebeu vistoria ontem do governador Rodrigo Rollemberg, e dos presidentes da Companhia Saneamento de Goiás (Saneago) e da Companhia de Saneamento Ambiental do DF (Caesb), estatais responsáveis pela obra. “Estamos dentro dos prazos. A obra trará um legado para as futuras gerações do DF, resolvendo por mais de duas décadas o problema de abastecimento de água da capital e da região do Entorno Sul”, garantiu Rollemberg.

Os números de Corumbá IV mostram a dimensão da obra. O investimento está estimado em R\$ 550 milhões, é a principal obra de captação em execução no Brasil. A partir de dezembro, serão retirados 2,8 mil litros de água por segundo do reservatório, que ainda em 2019 deve subir para 5,6 mil l/s. Assim como o investimento, a captação também será dividida igualmente entre Goiás e DF.

Para se ter ideia do tamanho do volume de Corumbá IV, são retirados por segundo do Descoberto, principal reservatório do DF, 3,2 mil litros de água. O recurso do lago goiano, além de atender quatro municípios do Entorno do DF, chegará em dezembro a Santa Maria e Gama, regiões mais próximas do corpo d'água. Mas para o futuro, o GDF tem planos de levar os recursos também para Recanto das Emas, Taguatinga e até Ceilândia.

Capacidade

No governo de Joaquim Roriz, em 2000, veio a decisão de retirar do Lago Corumbá os recursos para abastecer o DF. O lago tem capacidade para fornecer água para até 1,3 milhão de pessoas, e a outorga da Agência Nacional das Águas permite retirada de até 8 mil l/s do manancial. Os problemas relacionados ao empreendimento vieram nos anos seguintes, com paralisações devido a denúncias de superfaturamento de equipamentos.

Em 2001, o Correio publicou estudo da organização ambientalista WWF com alerta de que, se não houvesse investimentos no combate ao crescimento desordenado e na produção de mais água, o DF sofreria com problemas de crise hídrica em 2016, o que se concluiu. O presidente da Caesb na época, Fernando Leite, afirmou que não havia motivos para pânico. “O abastecimento está garantido por mais 90 anos”, contou, condicionando a solução do problema à entrega de Corumbá IV. Na época, a previsão de entrega da obra era para 2003, com investimento de apenas R\$ 250 milhões.

O presidente da Saneago, Jalles Fontoura, comentou os atrasos na entrega: “Essa obra foi uma aventura. Teve de tudo. Operação da Polícia Federal e investigações, mas houve também a superação, provando que não havia problemas. Gostaríamos de ter terminado a obra no ano passado, mas vamos entregá-la agora”, contou. Jalles afirmou que agora o trabalho das duas estatais está em harmonia. “As equipes técnicas estão muito entrosadas pelo mesmo objetivo: colocar água na torneira do Entorno e do DF”, afirmou. A Saneago é responsável pela elevatória que capta a água bruta, em Luziânia, enquanto a Caesb é responsável pela estação de tratamento e a tubulação que faz o transporte da água, em Valparaíso, e pela tubulação que transporta os recursos.

Compare

Lago de Corumbá

173

km²

Lago Paranoá

48

km²

ENTREVISTA / Rodrigo Rollemberg

Como está o andamento das obras de Corumbá IV?

Em torno de 80% concluídas. As obras civis estão bastante adiantadas. As bombas para retirar a água do lago já foram compradas, e serão instaladas em breve. Estamos fazendo uma intervenção na rede elétrica para garantir o abastecimento de energia. Estamos dentro do prazo, e a previsão é que até o final de dezembro o sistema comece a funcionar.

O que significa para a população brasiliense ter Corumbá IV em pleno funcionamento?

Significa um legado deixado para as futuras gerações. Vamos garantir 5,6 mil litros de água por segundo, metade para o DF e metade para Luziânia, Cidade Ocidental, Valparaíso e Novo Gama. O que vai significar segurança de abastecimento de água por pelo menos mais 20 anos.

O Lago Corumbá está todo inserido em território goiano. Com isso, a fiscalização para

impedir a grilagem e ocupação irregular ficará apenas no poder do estado de Goiás. Tendo em

vista as consequências da falta de fiscalização no Descoberto, o que o GDF pretende fazer para

garantir que o legado de Corumbá IV não seja interrompido?

A responsabilidade de cuidar do entorno do lago ficará com o estado de Goiás. Nosso papel será garantir que o método de tratamento de água seja o mais moderno do mundo, para garantir água com excelência de qualidade para Brasília e o Entorno Sul.

Foram anos de impasses que atrasaram a conclusão de Corumbá IV. O que garante que não haverá mais entraves até a entrega da obra?

Os impasses foram resolvidos quando chegamos ao governo. Até então, a obra sequer tinha começado no DF, havíamos feito apenas a terraplanagem. Apesar de toda dificuldade financeira, nós entendemos a questão estratégica do abastecimento de água no Distrito Federal, e reservamos recursos do nosso primeiro financiamento do Banco do Brasil para investir em Corumbá IV. Da parte do DF nunca faltou recursos, tanto que uma obra dessa magnitude, com

custo de R\$ 550 milhões, divididos entre DF e Goiás, será entregue e deixará um legado para as futuras gerações.

Quais foram os principais desafios e dificuldades que o seu governo enfrentou nos dois

anos de crise hídrica?

Foi importante tomar decisões corajosas e a partir do ponto de vista absolutamente técnico. Tivemos uma participação muito importante da população, que mudou os hábitos, e dos produtos rurais, que modificaram os métodos de irrigação, os tornando mais eficazes e eficientes. Tivemos também as obras de captação e de transposição das águas. Fui aconselhado por muitos políticos para acabar com o racionamento desde o começo do ano. Eles me falavam que isso melhoraria a minha popularidade. Mas sempre afirmei que só terminaríamos o racionamento quando tivéssemos segurança para chegar ao próximo período de chuva com água suficiente para garantir o abastecimento da população com tranquilidade e segurança.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Mercado

Autor: Amauri Segalla

Título: Rapidinhas

- Para tornar a regulamentação sobre a produção de biocombustíveis mais ágil, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) decidiu derrubar oito resoluções vigentes e unificar as regras em um único item: a Resolução ANP 734/2018, em vigor a partir deste mês. Com isso, a ANP espera reduzir custos operacionais com a comercialização do combustível e incentivar investimentos no setor.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito, Camila Maia e Rafael Bitencourt | Do Rio, São Paulo e Brasília

Título: Eletrobras ganha base legal para cobrar perdas

O governo publicou ontem uma portaria garantindo a "neutralidade econômica" da operação das distribuidoras para a Eletrobras até o fim do ano, dando segurança jurídica para que os acionistas da estatal aproveem a extensão do prazo de "designação" das concessionárias. Isso quer dizer que as perdas que a

estatal venha a sofrer com a prorrogação do processo de privatização de suas subsidiárias até o fim de 2018 serão cobertas pela União. A conta, eventualmente, poderá ser repassada ao consumidor, no futuro. Uma assembleia geral extraordinária (AGE) foi convocada para 30 de julho, na qual o assunto será votado pelos acionistas.

Esse foi o primeiro ato legal do governo a considerar a hipótese de liquidação das seis distribuidoras operadas hoje pela Eletrobras, mas que foram devolvidas pela companhia à União em meados de 2016. Desde então, a estatal tem administrado as concessionárias como operadora "designada", recebendo remuneração para isso via tarifa e encargos setoriais. Os montantes recebidos, no entanto, são insuficientes para cobrir os custos, o que reforçaria o argumento de que a companhia poderia não aprovar a extensão do prazo, que vence em 31 de julho, para até o fim deste ano.

A portaria número 301/2018 do **Ministério de Minas e Energia** estabeleceu condições de tratamento e reconhecimento de despesas das distribuidoras da Eletrobras até 31 de dezembro deste ano, no caso de elas serem liquidadas depois de 31 de julho.

Ao garantir a neutralidade econômica da operação, a portaria reforça a posição da estatal de cobrar da União ressarcimento pelas perdas sofridas com as distribuidoras desde julho de 2016. Quando a Eletrobras aceitou continuar administrando as distribuidoras, em 2016, recebeu a mesma garantia do governo. No fim do ano passado, quando aceitou prorrogar o prazo de designação, de dezembro de 2017 para julho deste ano, houve outra portaria semelhante.

O **Valor** apurou que essas portarias vão ajudar a embasar o futuro pedido de ressarcimento que deve ser apresentado pela companhia à União quando devolver as concessões definitivamente. Entre julho de 2016 e março deste ano, a Eletrobras apurou perdas de R\$ 5 bilhões com a gestão das distribuidoras. O total deve ser cobrado da União, pois a companhia não pode ser obrigada a registrar perdas por concessões que não são suas.

O presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, tem sido um defensor da privatização das concessionárias justamente pela situação precária em que se encontram, uma vez que a estatal - ainda muito endividada - não é capaz de fazer os investimentos necessários. Em entrevista recente ao **Valor**, o executivo disse que a privatização poderá viabilizar "os investimentos necessários para aumentar a qualidade do serviço, a manutenção de empregos com aumento de eficiência, e a redução de perdas"

Com a portaria, o governo dá um sinal para o setor de que está atento ao problema da potencial liquidação das distribuidoras. Nas últimas semanas, agentes do setor têm demonstrado preocupação com o vácuo regulatório existente, na hipótese de liquidação das seis distribuidoras da estatal. Isso porque, em tese, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) não tem poder de intervenção nessas empresas, pois elas já não são mais concessionárias. O caso, portanto, é da alçada do ministério.

Ao garantir a neutralidade das despesas das distribuidoras em caso de liquidação, a portaria abre a possibilidade, inclusive, de que a Aneel possa licitar às pressas uma nova concessão para cada uma delas. A hipótese da licitação foi informada na última sexta-feira pelo **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**.

Até então descartada, a liquidação tem se tornado uma hipótese real, com a baixa sinalização para a privatização das distribuidoras. A venda dessas empresas tem se mostrado mais difícil devido à não aprovação pelo Senado do projeto de lei que viabiliza financeiramente as distribuidoras do Norte, principalmente Amazonas Energia (AM) e Boa Vista Energia (RR), e às liminares em diferentes instâncias da Justiça que impedem o leilão delas, marcado para 26 de julho

A Eletrobras deve definir na AGE do fim do mês se estende o prazo de operação dessas distribuidoras até o fim do ano ou se liquida as companhias em agosto.

Não há definição clara dos impactos relativos à liquidação. Segundo cálculos da Eletrobras, a liquidação pode resultar em custos de cerca de R\$ 22 bilhões. A devolução dessas empresas para a União pode ainda desencadear uma nova onda de judicialização devido aos custos estimados. A empresa e os acionistas minoritários poderiam acionar a União para reaver perdas decorrentes da gestão das empresas. No setor, também se menciona a preocupação com o fato de não haver plano de emergência pelo governo no cenário de liquidação.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: Tribunal suspende liminar contra leilão

O desembargador André Fontes, que preside o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), suspendeu hoje a liminar que impedia o leilão das seis distribuidoras de energia colocadas à venda pela Eletrobras. A liminar impedindo a venda foi concedida pela 19ª Vara Federal do Rio, em ação ajuizada pela Associação dos Empregados da Eletrobras (AEEL). O mérito dessa

ação ainda será julgado pela primeira instância, segundo informou a assessoria do TRF.

A AEEL alegava que fosse interrompida a fase de entrega de documentos pelos proponentes para habilitação no processo licitatório, marcado para o dia 19 de julho pelo BNDES.

O pedido de suspensão da liminar foi apresentado pela União. Na decisão, o presidente do TRF2 lembrou que a Lei nº 9.619, de 1998, autorizou a alienação do controle acionário das distribuidoras subsidiárias da estatal. O desembargador também destacou na decisão, segundo nota da assessoria do órgão que "a possibilidade de desestatizações encontra base normativa na Lei nº 9.491, de 1997, que versa sobre o Programa Nacional de Desestatização - PND". E acrescentou que, no caso específico do setor elétrico, incluindo as distribuidoras de energia, a desestatização é prevista pela Lei nº 12.783, de 2013.

André Fontes também ressaltou "o risco de grave lesão à ordem e economia públicas, com a suspensão" da venda. O presidente do TRF2 acatou os argumentos da União, que citam a grave situação financeira das distribuidoras e sustentam que a medida seria "essencial para garantir a sustentabilidade da Eletrobras, sobretudo, diante do cenário de crise fiscal da União e da impossibilidade de aportes por parte do acionista majoritário".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: PPSA marca venda de óleo para agosto

A Pré-Sal Petróleo (PPSA) marcou para o próximo dia 31 de agosto o leilão para venda da parcela da União na produção futura de petróleo no pré-sal da Bacia de Santos. Ao todo, a estatal ofertará 3 milhões de barris.

A rodada é uma segunda tentativa da PPSA de licitar a fatia da União na produção dos campos de Mero, Sapinhoá e Lula. Em maio, a estatal realizou um primeiro leilão, mas a Shell, única empresa inscrita, não apresentou ofertas.

Ao todo, o governo estima que a comercialização do óleo e gás da União possa render, este ano, uma arrecadação de R\$ 1 bilhão. pelo contrato de partilha.

O pré-edital da licitação de agosto foi publicado ontem pela PPSA e ficará aberto para consulta pública até o dia 25 de julho. A licitação, que acontecerá na B3, em São Paulo, ofertará três contratos, que poderão ser adquiridos por um único

comprador ou por empresas diferentes. O vencedor poderá obter toda a produção do respectivo campo durante um ano, remunerando a União a cada retirada de carga, de acordo com a proposta de preços ofertada no leilão.

Serão oferecidos três lotes diferentes, referentes à parcela da União na produção de Mero (1,8 milhão de barris de petróleo), Sapinhoá (115 mil barris) e Lula (1,1 milhão de barris).

No último dia 5, em evento no Rio, o presidente da PPSA, Ibsen Flores, já havia antecipado a intenção de repetir a licitação entre o fim de agosto e início de setembro. Na ocasião, ao ser questionado sobre o desinteresse das empresas pelo primeiro leilão, ele disse que um dos motivos que ajudava a explicar a falta de ofertas foi o fato de que a medida provisória que permitia a venda direta do óleo da União pela PPSA só ter sido sancionada depois do leilão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Ahmad Ghaddar e Henning Gloystein | Reuters, de Londres

Título: Ameaça de sanções dos EUA já afeta exportação de petróleo iraniano

As exportações de petróleo do Irã podem cair 70% até o fim do ano em razão das novas sanções americanas contra o país, pressionando ainda mais um mercado já afetado por problemas de oferta em outras partes do mundo.

Inicialmente, quando Donald Trump decidiu retirar os EUA do acordo que limitava as ambições nucleares de Teerã, Washington planejava excluir totalmente o país do mercado mundial de petróleo, exigindo que todos os países suspendessem as compras do Irã a partir de novembro.

Desde então, os EUA abrandaram sua posição e podem abrir exceções e dar isenções a alguns aliados particularmente dependentes do fornecimento iraniano.

Mas a maioria dos analistas ainda acha que as sanções vão reduzir significativamente as exportações de petróleo do Irã e os piores cenários apontam para uma queda em torno a 70% para um total de apenas 700 mil barris por dia.

A consultoria Facts Global Energy (FGE) calcula que as exportações de petróleo do Irã pode encolher para 700 mil barris diários em consequência das sanções. Essas exportações teriam como principal destino a China, com volumes menores indo para a Índia, Turquia e outros compradores que seriam beneficiados pelas isenções.

Outros 100 mil barris por dia dos chamados condensados de petróleo podem ir para a China, a compradores com isenções e possivelmente para os Emirados Árabes Unidos (EAU) e Coreia do Sul, segundo a FGE.

A China, país que mais importa petróleo iraniano (650 mil barris diários, segundo a Thomson Reuters Eikon), pode ignorar as sanções e continuar comprando.

A Índia, que no primeiro semestre importou em média 550 mil barris por dia, ainda não fez um anúncio oficial sobre o assunto. Mas as suas refinarias estatais foram avisadas para tentar encontrar fontes alternativas de fornecimento caso Washington não isente os indianos das sanções.

Coreia do Sul e Japão, que juntos importaram cerca de 370 mil barris diários de petróleo iraniano no primeiro semestre, informaram que vão interromper as importações a não ser que sejam excluídos das sanções pelos EUA.

As importações de petróleo iraniano pela Coreia do Sul em junho caíram 40% em comparação ao mesmo mês de 2017.

O maior banco do Japão, MUFG Bank, vai interromper as transações com o Irã por causa das sanções dos EUA, segundo documento ao qual a Reuters teve acesso.

A Europa como um todo foi a maior importadora de petróleo do Irã no primeiro semestre, com Itália e Turquia à frente.

Várias refinarias já pararam de comprar petróleo iraniano depois de o banco suíço Banque de Commerce et de Placements (BCP) ter anunciado que deixará de financiar operações com carga iraniana a partir de 30 de junho.

Refinarias na Grécia e Espanha já começaram a reduzir as importações de petróleo do Irã.

A Turquia, um importante comprador, no entanto, anunciou que não vai cortar as relações comerciais com Teerã.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor:

Título: Curtas

Cresce produção dos EUA

A produção industrial dos EUA cresceu em junho, impulsionada pelos setores de mineração e manufatura. A produção industrial - medida da produção nas fábricas, minas e serviços públicos - subiu 0,6% em junho em relação ao mês anterior, de acordo com o Fed (o BC americano). A alta ocorre depois de queda de 0,5% em maio. Na comparação com o mesmo mês de 2017, a produção acelerou 3,8% em junho. No segundo trimestre, a produção subiu 6%, após alta de 2,4% no primeiro trimestre.

Gastos com energia limpa

O investimento em energias renováveis caiu em 2017 e deve continuar caindo este ano. Segundo relatório da Agência Internacional de Energia (AIE), gastos com equipamentos para geração de energia renovável caíram 7% no ano passado em comparação com 2016, especialmente em energia eólica e hidrelétrica. O documento da AIE mostra que o investimento caiu de US\$ 318 bilhões em 2016 para US\$ 298 bilhões em 2017, a maior queda desde 2000, quando começou o monitoramento da AIE.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras avança no pré-sal, mas produção não decola

A Petrobras já colocou duas novas plataformas em operação no pré-sal este ano, mas fechou o primeiro semestre com uma queda acumulada de 4,4% no volume de petróleo produzido no Brasil, ante igual período do ano passado. A companhia enfrenta dificuldades para decolar sua produção em 2018, basicamente por três fatores: as vendas de ativos, o aumento das paradas para manutenção de plataformas e o declínio da produção na Bacia de Campos - que atingiu em junho o seu menor patamar desde outubro de 2001.

A própria estatal traçou para este ano uma meta modesta de produção, de 2,1 milhões de barris diários. A Petrobras vem operando 2018 ligeiramente abaixo da meta, com uma produção média de 2,074 milhões de barris/dia de petróleo no Brasil, mas as perspectivas para o segundo semestre são melhores. O Goldman Sachs, por exemplo, acredita que a empresa encerrará o ano com um volume médio de 2,231 milhões de barris de petróleo por dia no Brasil, um avanço anual de 2,6%.

O banco, porém, destacou de forma negativa os dados operacionais de junho, quando a Petrobras registrou seu menor patamar de produção de petróleo no

Brasil desde abril de 2016. A empresa produziu, em média, 2,03 milhões de barris/dia no mês passado, queda de 1,5% frente a maio.

Na primeira metade do ano, a companhia iniciou as operações de duas novas plataformas: a P-74, no campo de Búzios (Bacia de Santos), e a Cidade Campos dos Goytacazes, no campo de Tartaruga Verde (Bacia de Campos), que juntas somam uma capacidade de 300 mil barris diários - o equivalente a 15% da atual produção da empresa no país. Para o segundo semestre, a petroleira espera colocar mais quatro unidades em operação, embora os efeitos só devam começar a ser sentidos de forma mais expressiva a partir de 2019 - quando a estatal espera, enfim, ver um salto na sua curva de produção.

Enquanto o pré-sal sustenta o crescimento da petroleira, o pós-sal vem patinando. No primeiro semestre, foram produzidos, em média, 1,095 milhão de barris/dia na Bacia de Campos - o que representa uma queda de 14% ante igual período de 2017.

Para conter o declínio, a estatal vem buscando parceiros para investir em projetos de revitalização de campos maduros. A Petrobras já fechou um acordo com a Equinor (ex- Statoil), para o campo de Roncador, e negocia com a chinesa CNPC uma parceria semelhante para Marlim. Ainda não há, contudo, previsão de quando esses projetos sairão do papel.

A produção também vem sendo puxada para baixo pelas paradas para manutenção de plataformas. Ao todo, a Petrobras planejava 45 paradas programadas neste ano, praticamente o dobro do número do ano passado.

Por fim, também pesa sobre a curva e produção deste ano os desinvestimentos. Em junho, a petroleira concluiu a venda de uma fatia de 25% em Roncador, para a Equinor. O ativo é o terceiro maior campo produtor do país, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), de maio, com uma produção de 208 mil barris/dia. Ou seja, a negociação representa, para a Petrobras, um corte imediato de 50 mil barris/dia na sua produção.

A empresa negocia uma série de outros ativos de produção, mas a previsão é que esses negócios só gerem efeitos sobre a produção em 2019. **(Colaborou Marcelle Gutierrez)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Estatal abre caminho para se desfazer da Transpetro

Petrobras abriu um caminho formal para vender futuramente o controle acionário da Transpetro, a partir de uma recente mudança no estatuto social da subsidiária. A revisão do estatuto da empresa de logística e transporte, aprovada em assembleia geral extraordinária, em junho, retirou um artigo que impedia a venda de mais de 50% do capital da subsidiária.

A inclusão da Transpetro no programa de parcerias e desinvestimentos não está, porém, na pauta prioritária da petroleira, neste momento, disse uma fonte ao **Valor**. A companhia é um ativo com Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) anual de R\$ 1,6 bilhão e com um plano de investimentos de R\$ 27,4 bilhões até 2022.

O artigo revisto no estatuto então vigente foi o 8º, que estabelecia que, na hipótese de a Transpetro deixar de ser uma subsidiária integral da Petrobras, a controladora não poderia reduzir sua participação para menos de 50% mais uma ação ordinária, representativas do capital votante da companhia de logística.

"A retirada deste artigo abre precedente para a venda integral da Transpetro ao capital privado", afirmou a representante dos empregados no conselho de administração da empresa de logística e transporte, Fabiana dos Anjos, em informe enviado aos funcionários da companhia.

A Transpetro esclareceu que as prerrogativas do acionista controlador da companhia, no caso a Petrobras, não são vinculadas às cláusulas do estatuto social da subsidiária. A empresa também afirmou que o texto do Estatuto Social foi reformulado para se adequar à Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016). A Petrobras não se pronunciou.

Além de retirar a trava para uma eventual venda do controle da Transpetro, o novo estatuto trouxe algumas outras mudanças na governança da empresa, como o aumento do mandato dos conselheiros, de um para dois anos. Além disso, o conselho passará a contar com oito, e não mais seis membros, sendo 25% deles independentes.

O novo estatuto também garante alguns mecanismos de proteção à gestão da subsidiária. Isso porque, caso seja orientada pela Petrobras a atender o interesse público, em conflito com as condições de mercado adequadas ao setor privado, a Transpetro garantirá uma compensação pela diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida.

A revisão do estatuto também se adequa ao reposicionamento estratégico da empresa, que quer diversificar sua base de clientes e transformar a Transpetro

numa prestadora de serviços não só para a Petrobras, mas para outros agentes do setor. Esse direcionamento estratégico está presente nos primeiros artigos do novo estatuto, que tratam do objeto social da Transpetro.

Pelo novo estatuto, a companhia deixa de ter o foco somente na construção e operação de dutos e terminais para transporte e armazenagem, ou na construção e operação de navios de apoio e transporte, como também está autorizada "a participar em outras sociedades controladas ou coligadas" e exercer "outras atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares". Os novos artigos também abrem a possibilidade de distribuição de dividendos intermediários, a exemplo do que a Petrobras holding já adota.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Usinas têm alta de 45% na receita para bancar melhorias e outorga

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem o aumento de 45,52% da receita das hidrelétricas enquadradas no regime de cotas. A decisão, que impactará no custo de aquisição da energia produzida pelas usinas, terá reflexo nas contas de luz dos consumidores finais com o aumento de até 3,86% da tarifa - em média, haverá uma alta de 1,54%.

"O impacto tarifário para o consumidor muda de acordo com as datas dos reajustes anuais e também com o volume de energia de cotas contratado por cada distribuidora", disse o relator do processo aprovado pela diretoria da Aneel, o diretor Sandoval Feitosa.

O novo custo da energia produzida pelas usinas sob o regime de cotas valerá para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. De acordo com Feitosa, o ciclo anterior (2017/2018) rendeu uma Receita Anual de Geração (RAG) de R\$ 5,459 bilhões para as usinas e, agora, saltará para R\$ 7,944 bilhões para bancar melhorias e pagamento de outorga cobrada em leilão.

O regime de cotas foi criado na edição da polêmica Medida Provisória (MP) 579, assinada pela ex-presidente Dilma Rousseff para reduzir as tarifas de energia a partir da renovação antecipada das concessões de geração e transmissão. A iniciativa é apontada como responsável como causa da drástica perda de receita do grupo Eletrobras, ao definir remuneração baseada no custo de operação e manutenção dos equipamentos.

O conjunto das usinas que opera pelas cotas totaliza 69 hidrelétricas, que respondem pela entrega 22,65% do volume contratado pelas distribuidoras.

Deste total, 33 usinas tiveram novos contratos de concessão assinados mediante a cobrança de bônus de outorga em leilão, já tendo uma tarifa mais elevada.

As usinas da Eletrobras que integram o regime de cotas estão no grupo daquelas que tiveram os contratos prorrogados com a MP 579. É a revisão desses contratos, pela "descotização", que está sendo considerada no plano de privatização da Eletrobras.

Com a descotização, a energia deixaria de ser remunerada pela operação e pela manutenção e passaria a ser negociada no mercado a preços mais vantajosos. Isso permitiria que a Eletrobras se capitalizasse atraindo investidores na oferta de novas ações que diluiria o controle da União.

Já a estratégia de cobrar pela outorga das usinas foi adotada na crise fiscal do segundo mandato de Dilma. Isso possibilitou a arrecadação de quase R\$ 30 bilhões pelo Tesouro Nacional. Em 2015, o leilão de 29 usinas antigas rendeu R\$ 17 bilhões aos cofres da União. Em 2017, a oferta de quatro usinas da Cemig (Jaguara, Miranda, São Simão e Volta Grande) mais R\$ 11 bilhões.

Feitosa explicou que, sobre o índice de reajuste de 45,52% da receita, 16,12 pontos percentuais estão relacionados às concessões prorrogadas nas condições definidas pela MP-579/12 e 29,40 pontos percentuais restantes às usinas licitadas posteriormente.

O relator destacou que 17,21 pontos percentuais do aumento aprovado ontem vão para engordar a receita dos concessionários que assumiram as quatro usinas que pertenciam à Cemig, com o propósito exclusivo de cobrir a outorga bilionária cobrada no leilão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Vale provisiona R\$ 1,5 bi

A Vale vai reconhecer, nas demonstrações contábeis do segundo trimestre do ano, uma provisão adicional de R\$ 1,5 bilhão para reparação e compensação dos impactos do rompimento da barragem da Samarco na cidade mineira de Mariana. O valor, segundo a empresa, assegura provisão adicional de fundos para os programas gerenciados pela Fundação Renova. Em comunicado ao mercado, a Vale disse que a provisão extra totaliza o valor presente das

estimativas da sua responsabilidade secundária no suporte aos trabalhos da Fundação Renova, equivalente a 50% das obrigações adicionais da Samarco pelos próximos 12 anos. A provisão inicial de R\$ 3,7 bilhões, feita no segundo trimestre de 2016 e foi baseada, de acordo com a mineradora, "nas melhores estimativas preliminares do custo total dos 42 programas a serem implementados pela Fundação Renova, de acordo com o primeiro acordo com as Autoridades Governamentais, datado de 02 de março de 2016". Com isso, o total provisionado pela empresa ao longo do tempo chega a R\$ 5,2 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Clealco pede proteção para dívida de R\$ 1,3 bilhão

O ciclo de baixa dos preços do açúcar desde a safra passada - que se aprofundou recentemente - fez sua primeira vítima no ano. Pressionada há meses por diversos pedidos de execução de dívidas na Justiça, a Clealco, dona de três usinas no Estado de São Paulo, protocolou ontem pedido de recuperação judicial, com débitos de cerca de R\$ 1,3 bilhão.

O pedido ocorre pouco menos de um ano após a companhia acertar a reestruturação de uma dívida de quase R\$ 900 milhões com vários bancos e após tentativa frustrada de buscar um sócio que a capitalizasse. Além da desvalorização do açúcar, a piora do cenário econômico também contribuiu para o plano de capitalização da companhia fracassar. "A janela de oportunidade da busca por capitalização, que era nosso objetivo três meses atrás, ficou um pouco comprometida", afirmou Alberto Pedrosa, CEO da Clealco, ao **Valor**.

Acontece também em um momento crítico para empresas do setor que já vinham em dificuldades financeiras. Embora o dólar tenha disparado no primeiro semestre - o que costuma elevar a receita com as exportações de açúcar -, as usinas têm dado preferência à produção de etanol, que é vendido no mercado interno, em reais. E a situação piora para empresas com parcela relevante da dívida em dólar, caso da Clealco. A companhia não divulgou qual é o tamanho dessa parcela.

A situação da Clealco agravou-se ainda por causa da deterioração de seus canaviais. Com o aperto de caixa, a empresa não conseguiu investir adequadamente em tratamentos culturais e na renovação das lavouras, o que tornou seus canaviais mais velhos e menos produtivos, reconheceu o executivo. Na safra passada (2017/18), encerrada em março, a Clealco processou 8 milhões de

toneladas de cana, 10% menos que na temporada anterior. Na safra atual, a 2018/19, a moagem deve cair para 7 milhões de toneladas.

Com a falta de cana, uma das três usinas da Clealco, em Penápolis, está sem operar. As demais, em Queiroz e em Clementina, estão operando perto da capacidade máxima (4,5 milhões de toneladas e 3,5 milhões de tonelada de cana por safra, respectivamente).

Segundo Pedrosa, o pedido de recuperação judicial foi feito para manter a empresa operando e para recuperar sua capacidade de investimento em canaviais. "Queremos que a Clealco volte a ter moagem de 10 milhões de toneladas, o máximo atingido cinco anos atrás. Mas isso não é programa para um ano, mas para uns cinco", afirmou.

Ele disse ser precipitado avaliar qual será o plano para conseguir recursos para pagar suas dívidas. Uma fonte a par do tema, porém, avaliou que a venda de usinas deverá ser a saída mais provável, uma vez que essa opção já era cogitada.

O balanço da Clealco na safra passada ainda não foi publicado. Mas, segundo Pedrosa, com menos produtos e o açúcar em baixa, a receita na safra 2017/18 recuou em relação a 2016/17, quando faturou R\$ 1,3 bilhão. A receita bruta da última safra, portanto, ficou abaixo da dívida inscrita na recuperação judicial.

Cerca de 75% da dívida incluída no pedido de recuperação referem-se a débitos com bancos, como Itaú, Rabobank e Santander. Já 13% referem-se a dívidas com fornecedores de cana, 10% são dívidas com equipamentos agrícolas e o restante dos credores são fornecedores diversos. Segundo Pedrosa, a Clealco não tem dívidas com os seus cerca de 3 mil empregados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Adriana Aguiar | De São Paulo

Título: Decisões favorecem ex-gerentes que apontaram corrupção na Petrobras

Afastados de seus cargos de gerência na Petrobras após denunciarem internamente esquema de corrupção, a geóloga Venina Velosa da Fonseca e seu então subordinado, José Roberto Kaschel Vieira, obtiveram recentemente importantes decisões na Justiça do Trabalho, em processos por assédio moral. A ex-gerente-executiva da Diretoria de Abastecimento conseguiu anular sentença desfavorável. Ele, ex-gerente-geral de Gestão Corporativa de Abastecimento, o direito a receber indenização de R\$ 110 mil.

Ambos defendem nas ações que foram realocados a áreas de menor importância, como punição por não participarem dos atos de corrupção - relacionados posteriormente à Operação Lava-Jato. Na ação, Venina alega que perdeu o cargo em outubro de 2009 e foi transferida para o escritório da estatal em Cingapura em fevereiro de 2010. Lá, não teria exercido qualquer função.

Vieira afirma, em seu processo, que após a CPI da Petrobras, em 2009, foi cedido à Petroquisa (subsidiária da companhia), sem função ou atividade, e posteriormente à Liquigás Distribuidora. Empresa que, segundo sua defesa, não lhe ofereceu oportunidade de ascensão. Em 2014, ele aderiu a um plano de incentivo à demissão voluntária.

Em primeira instância, o pedido de Venina, que inclui danos materiais por diferenças salariais, havia sido negado (RT nº 0011767-02.2014.5.01.0031). Porém, a geóloga conseguiu anular recentemente a sentença no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro e afastar a cobrança de R\$ 40 mil em custas processuais.

Além deste processo, Venina move outro, que corre em segredo de justiça (RT nº 0101716-36.2017.5.01.0062). Trata da suspensão aplicada à ela pela Comissão de Apuração Interna da Petrobras que investigou o ex-gerente de Comunicação, Geovane de Moraes. Por determinação dos desembargadores, as ações passarão a tramitar juntas.

O caso de Venina, que é funcionária de carreira, será novamente analisado pela juíza Cristina Almeida de Oliveira, da 31ª Vara do Rio de Janeiro, que havia negado os pedidos em setembro de 2016. Para a magistrada, não teria havido assédio. "Não se vislumbra perseguição e sim o exercício regular do direito de comando da organização dentro da lei", diz na sentença.

No pedido ao TRT, os advogados da trabalhadora alegaram que houve cerceamento de defesa. Segundo Ubiratan Mattos, do Mattos Engelberg Advogados, que representa Venina no processo, a juíza ouviu apenas uma testemunha e dispensou as demais. "Por isso, deve haver novo julgamento, como determinou o TRT", diz o advogado.

Vieira, por sua vez, conseguiu vencer em primeira instância. Obteve na 2ª Vara do Trabalho de Paulínia, no interior de São Paulo, indenização por assédio moral. Tanto ele quanto a Petrobras já recorreram. A empresa questiona a condenação e a defesa dele pede aumento do valor da indenização. Na semana passada foi incluído nos autos parecer do Ministério Público do Trabalho (MPT) favorável ao aumento da condenação para R\$ 300 mil.

Ele alega na ação (nº 0010371-98.2017.5.15.0126) que, dois meses depois de ter assumido a função, detectou indícios de desvios em processos de contratação da Gerência de Comunicação Institucional de Abastecimento. Segundo ele, os pagamentos na modalidade de pequenos serviços (ZPQS), a partir de uma falha no sistema, eram emitidos no valor de R\$ 160 mil, montante muito superior ao limite autorizado, que era de R\$ 32 mil.

Ao detectar os pagamentos, alega que informou sua superior, Venina da Fonseca, e deixou seu cargo à disposição. Venina o teria orientado a elaborar uma nota relatando os gastos ao então diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, que levou a situação a conhecimento do então presidente José Sérgio Gabrielli. Na época, o dirigente decidiu pelo afastamento temporário do então gerente de Comunicação, Geovane de Moraes, e determinou a constituição de uma Comissão de Apuração Interna para apurar o ocorrido.

A partir das denúncias, segundo Vieira, ele passou a ser pressionado e assediado moralmente por executivos da Petrobras. No processo, sua defesa pediu ainda indenização pela perda de uma chance por ter sido inviabilizada sua possibilidade real de subir pelo menos dois níveis na sua faixa gerencial, além de danos materiais por redução salarial. Em 2009, ele ganhava R\$ 33,3 mil. Ao mudar de função, passou a receber R\$ 28 mil.

A Petrobras alegou no caso que o fato de ele ter sido pressionado para fazer pagamentos não configuraria assédio moral e que os fatos declarados, ainda que verídicos, ocorreram uma única vez em 2009, o que afasta a prática reiterada necessária para caracterização de assédio moral. A empresa acrescentou que Vieira foi assistente de diretor da Liquigás, cargo que não poderia ser exercido por alguém que estaria sendo assediado ou perseguido na companhia.

A Petrobras ainda argumenta, em sua defesa, que não houve redução salarial, uma vez que o vencimento básico foi mantido. O gerente só teria deixado de receber gratificações correspondentes ao cargo exercido. Por fim, defendeu a prescrição dos pedidos de diferenças salariais, danos morais e materiais porque os fatos ocorreram em 2009.

Ao analisar o processo, a juíza do trabalho Claudia Cunha Marchetti entendeu que estariam prescritos os pedidos de danos materiais e de perda de uma chance. Os fatos ocorreram em 2009 e a ação foi proposta somente em fevereiro de 2017. Sobre o assédio moral, porém, considerou que Vieira apresentou provas robustas de que sofreu com condutas reiteradas para desestabilizá-lo psicologicamente.

Segundo a decisão, "a pressão e a angústia sofridas pelo autor não foram aquelas normalmente suportadas por executivos que ocupam altos cargos em grandes empresas, mas infringida por pessoas que pretendiam ocultar aquilo que poderia dar início a investigações acerca daquele que se revelou o maior desvio da história do Brasil". Desvio "vultuoso", acrescenta na sentença, de cerca de R\$ 140 milhões.

Para a magistrada, o assédio moral perdurou porque Vieira "foi obrigado a conviver, com o peso de ter sido isolado em subsidiária da Petrobras (Liquigás), a qual era considerada de segundo escalão, sabedor de que se tornou uma pessoa indesejada na sede da reclamada, pelo simples fato de não ter se corrompido".

Para o advogado que assessora Vieira no processo trabalhista, Werner Keller, do Fongaro, Infantini e Keller, "é inconcebível que um empregado que tenha trabalhado, exemplarmente, por mais de 30 anos na empresa tenha sua vida profissional destruída". O advogado acrescenta que "ao invés de ter sido reconhecido seu trabalho em defesa do patrimônio da empresa, quando descobriu as irregularidades milionárias e não abriu mão de apurá-las, foi implacavelmente assediado - perseguido, ameaçado e discriminado - até a rescisão contratual".

Segundo o advogado, seu cliente "deixou de alcançar o topo de sua carreira gerencial na sede da Petrobras e teve suas condições de trabalho degradadas quando, além de perder a referida função gerencial, foi transferido para uma subsidiária de segundo nível [Liquigás], percebendo salário inferior ao percebido quando exerceu a função de gerente-geral na sede Petrobras". Procurada, a Petrobras não deu retorno até o fechamento da edição.

MME / ASCOM .